

ATA Nº09/2025 - 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 07(sete) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, os conselheiros: Adriana Rodrigues da Rocha Santos; Adriano Martins Xavier; Ana Paula Rocha de Azevedo; Angela Pereira Branco; Carmem Lúcia de O. Rocha; Carolline Pereira de Araujo Maia; Clície Maria C. Negoseki; Daniela Medeiros de Oliveira; Delma Regiane Cordeiro Furman; Dheborá Cristina da Silva; Fabio Luciano Azevedo; Fátima Batistão Machado; Juliana Valli M. Criminácio; Leila Gonçalves de Carvalho; Letícia Brandt J. de Almeida; Lorena Catarina Jacomasso; Louise Alves Schirmer; Lucinéia Mianis de Carvalho; Luiz Carlos Costa da Silva; Maria Helena Guedes Tetu; Marinês Gabriela C. Jarek; Rodrigo Cristiano de Oliveira e Sandro de Jesus Correia. Como convidados: Brayan Adan Locatelli Persegona; Angela Maria Possebon Vilson da Costa; Elaine Cristina Grebogy, Claudia Mara de Almeida, e Edicléia Xavier da Costa. Sob a presidência da Conselheira Carolline Pereira de Araújo Maia, reuniram para a 7ª reunião ordinária do Conselho Pleno, tendo como pauta: **1-** Abertura de Sessão Plenária: **1.1** - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; **1.2** - Aprovação da Ata; **2** - Reposição Escola Aníbal Ribeiro Leal; **3** – Proposição de alteração da Deliberação CME/SJP nº 17/2021; **4** – Comissão de análise do Referencial Curricular SJP; **5** – Edital de eleição para representante de pedagogos; **6** - Processos: **6.1** – Centro de Educação Cristã Heaven Kids – Renovação da Autorização de funcionamento; **6.2** – CEI Ateliê Kids - Renovação da Autorização de funcionamento; **7** – Outros assuntos

Após a confirmação do quórum, A Presidente Carolline inicia a reunião cumprimentando a todos e agradecendo a presença, seguindo a pauta coloca que as justificativas foram enviadas no e-mail do Conselho e a ata da última reunião foi enviada no e-mail de todos e não houve nenhuma consideração, então pergunta se a ata está aprovada, se alguém quer acrescentar algo. Ninguém se manifesta. A ata está aprovada. A Presidente Carolline faz uma adequação na ordem da pauta, devido a presença dos convidados Brayan e Angela, que estão representando a Secretária Fátima. Antes de seguir para a leitura do ofício sobre a proposição de alteração da Deliberação CME/SJP nº17/2021, a Presidente Carolline faz uma retomada colocando que no ano passado foi feita uma Comissão para análise do Referencial, foram feitas algumas aprovações, algumas solicitações no Referencial da Educação Infantil, este ano o Conselho ainda tem essa demanda cujo o prazo é 31 de agosto para o Referencial estar homologado, então precisa fazer a adequação final do Referencial Curricular do Fundamental e da Educação Infantil, será necessário uma força tarefa dos Conselheiros para que o Referencial seja homologado visto que há apenas 2 semanas dentro do prazo, precisa ser analisado a questão do Digital, que já estava sendo analisado na Câmara do ensino fundamental e especial, sobre a inclusão dele como componente curricular, na última reunião da Câmara, antes do recesso, não foi alcançado um consenso sobre o assunto e foi solicitado para a Secretaria que enviasse a proposta de adequação da grade, mas nesse período houve a mudança da gestão dentro da Secretaria e o Conselho se viu parado, porque o Conselho trabalha a demanda que a Secretaria de Educação envia,

houve também a troca das equipes, da Diretora do Fundamental, das Coordenadoras e o Conselho ficou na espera da sinalização da Secretaria de Educação, no dia 01 de agosto a Secretaria enviou o ofício nº 339/2025 – SEMED, colocando a sua proposição para a alteração da grade curricular e as justificativas. O ofício é compartilhado em tela e a Presidente Caroline realiza a leitura. Na sequência a Presidente faz a leitura do ofício nº359/2025 – SEMED, recebido na data de 07/08 que complementa o ofício anterior, falando sobre o Referencial da Educação Infantil e o Referencial do Ensino Fundamental, justificando e colocando que a língua Inglesa passará a fazer parte da Educação em Tempo Integral. Ao final da leitura a Presidente Caroline coloca que o pedido da Secretaria é que se inclua o componente curricular da Educação Digital e midiática, visto a obrigatoriedade dele e se coloque o inglês dentro do Tempo Integral, acrescenta que foi até a Secretaria e conversou com a Secretária sobre o Referencial, devido a importância e coloca novamente que irá precisar do Conselho e da força tarefa, então solicitou para que a Secretária viesse na reunião ou enviasse alguém, para fazer um apontamento da importância, por isso estão o Brayan e Angela para falar em nome da Secretária a solicitação de ajuda para o mover das próximas semanas para que seja emitido o Parecer sobre o Referencial. O Convidado Brayan cumprimenta a todos e coloca que entende o tempo ficou bastante curto, mas devido a todas as mudanças que aconteceram na Secretaria nesses últimos meses, precisa homologar até 31 de agosto, foi feito um estudo, a Fátima sentou com a equipe da Secretaria sobre os componentes curriculares, para poder elaborar um documento e enviar para o Conselho para que seja analisado, a importância da Educação Digital e midiática é vista nas deliberação tanto do governo estadual como do governo federal para a implementação, a Secretaria entende que é difícil retirar um componente curricular é difícil, é difícil fazer a substituição ainda mais quando vem ao longo dos anos contemplando a base curricular, foi preciso pensar e reestruturar todo o currículo, então a Secretaria precisa que o Conselho pense e analise de uma forma de atender os estudantes de uma maneira mais objetiva e em conformidade com a lei, foi observado a perda de verbas ao longo dos anos, principalmente do VAAR, então é preciso atender essas especificidades que vem do governo federal e do governo estadual, em relação ao currículo do Infantil, a Secretaria também pede para que seja feita essa análise, entendemos que é um currículo muito extenso e precisa atender também essas demandas e as obrigatoriedades que vem tanto do governo federal quanto do governo estadual, precisa alinhar os documento com a base federal e estadual, por isso precisa apreciar esses documento num tempo bem curto, entende, mas foi decorrente de todas as mudanças que aconteceram, até mudar equipe, estruturar equipe e ter o conhecimento de todos os documentos, não é fácil, a Fátima se debruçou muito ao longo desses meses, desde que assumiu a Secretaria, junto com a equipe, para poder chegar num resultado, não queríamos que fosse dessa maneira, queríamos mais tempo para estudar e analisar esses documentos, essa apreciação é importante, não só para a nós, mas para o resultado final que são os estudantes. A Presidente Caroline coloca a proposta de montar duas comissões, uma para análise do referencial do Ensino Fundamental e a outra para análise do referencial do Infantil, caso alguém tenha outra sugestão será aceita também. A Presidente explica que é preciso ter o compromisso de fazer pelo menos 2 reuniões na semana, para poder dar um parecer.

O Conselheiro Luiz pergunta quanto tempo tem para entregar isso? A Presidente Carolline coloca que no seu entendimento no máximo até 27 de agosto estar com o Parecer publicado, para que se tenha um período para a Secretaria também, acredita que dia, 25, 27, são duas semanas, e precisa ter uma reunião extraordinária também para que seja aprovado no Pleno, explica que sugeriu uma comissão e não uma Câmara porque na Câmara precisa de 5 (cinco) pessoas para validar e na Comissão apenas 3 (três), então precisa de comprometimento. A Conselheira Daniela coloca que a Câmara já está sistematizada com todos os conselheiros que tem interesse de cada seguimento, já existe um comprometimento. A Conselheira Dhébora coloca que tem pessoas que fazem parte das Câmaras e que não estão presentes então não teriam como optar se queriam ou não participar da Comissão. O Conselheiro Sandro sugere que seja feito a Comissão e convidado as Câmara para participar das reuniões. A Presidente Carolline coloca que se for comissão também pode enviar por e-mail para os conselheiros que não estão presentes para verificar se há interesse em participar, na comissão é no mínimo 3 pessoas e máximo 10 pessoas. A Conselheira Clicie pergunta se tem que aguardar o convite para as pessoas participarem para montar a Comissão? A Presidente Carolline coloca que no caso da Câmara será feito convite. A Conselheira Clicie pergunta se irão analisar o referencial inteiro ou só onde teve alteração? A Conselheira Daniela coloca que o inteiro do Infantil é bem grande. O Conselheiro Luiz coloca que o inteiro já foi analisado pela Comissão anterior que já emitiu um Parecer que o pleno aprovou. A Presidente Carolline coloca que recebeu hoje o Referencial do Infantil e não teve tempo de ler e verificar o quanto que foi modificado, mas provavelmente terá que fazer a leitura na íntegra. A Conselheira Clicie pergunta se as alterações ficaram dentro da análise da Comissão? A Presidente Carolline coloca que foi cumprido as adequações que a Comissão apontou. A Conselheira Clicie pergunta se foi colocado uma cor no texto para as alterações? A Presidente Carolline coloca que não. A Conselheira Clicie coloca que seria importante para agilizar os estudos. O Conselheiro Luiz coloca que anteriormente houve todo um trabalho de uma Comissão anterior que já foi aprovado, e se for uma leitura na íntegra seria uma revisitação na íntegra de todo o contexto estudado e trabalhado pela Comissão anterior. A Presidente Carolline coloca que na apresentação do Referencial está dezembro de 2024, versão atualizada em agosto de 2025, contempla o que estava, mas atualizou as alterações no mês de agosto. A Conselheira Clicie coloca que seria importante pedir para a equipe enviar com a mudança de cor onde foi alterado, se for possível, para quando a Comissão for analisar ter uma luz do que foi alterado, acrescentado e fica mais fácil para organizar o trabalho. A Presidente Carolline concorda e coloca que pode pedir sim. Então coloca em votação se levanta uma Comissão ou duas, para ter agilidade, ou faz a análise com as Câmaras, tendo possibilidade de convidados necessários. A Conselheira Louise pergunta se fazendo a Comissão e convidando as pessoas da Câmara seria uma forma de acelerar ou garantir a rotatividade e funcionamento... A Presidente Carolline explica que a Comissão irá dar o mesmo encaminhamento da Câmara, irá fazer o estudo, emitir o parecer e enviar para o Pleno, a diferença é que o mínimo da Comissão é 3 (três) e a Câmara precisa de um número maior, dependendo da sua composição, então precisa de agilidade e comprometimento dos envolvidos. A Conselheira Leila sugere que seja feito pela

Câmara para que não aconteça como na última reunião que a Presidente da Comissão foi bombardeada e todo a aquela situação, então acha que as pessoas que vão sentar e vão trazer, foram à várias reuniões e quando foi trazido para o Pleno o estudo e todo o trabalho, a maneira como foi recebido no Conselho, não foi legal. A Presidente Carolline coloca que quando é aberta a condição de participar das Câmaras, e todos são livres para solicitar ou não a participação, entende-se que aqueles que não podem ou não querem, tem que dar um voto de confiança para quem se dispôs e entender que foram eles que gastaram um tempo a mais para se debruçar e estudar e não desvalidar. A Câmara vem para apoiar o Conselho, agilizar e fazer o que é necessário e que não consegue fazer em uma reunião ordinária de 3 (três) horas. O Conselheiro Luiz coloca que de acordo com as falas das Conselheiras, acha mais viável juridicamente, fazer pelas Câmaras. A Presidente Carolline então coloca para votação a opção 1- Câmaras e opção 2 – Comissão. A Conselheira Leila coloca que dá para deixar aberto para que quiser participar da reunião da Câmara. A Presidente Carolline discorda, porque é dado a oportunidade para a pessoa participar e aí no assunto que interessa, participa, e acrescenta que acha relevante para a Câmara convidar pessoas essenciais para que o assunto haja melhor entendimento e caminhe, se abrir talvez haja um problema maior ao invés de objetivar e resolver. A Conselheira Delma coloca que abrindo em Comissão, amplia o olhar e dá oportunidade de quem está de fora da Câmara poder participar, porque às vezes acaba sendo as mesmas pessoas participando sempre. A Presidente Carolline coloca que nas duas situações tem o lado bom e o lado ruim. A Conselheira Louíse coloca que acha interessante também a Comissão pela expansão do olhar e poder contribuir mais, porque pelo que entendeu sobre a introdução da Educação Digital é que foi muito discutido na Câmara e o que entendeu foi que a Câmara não é a favor de tirar a língua Inglesa e não é a favor de colocar a Educação Digital como componente curricular se esse for o preço, acha que a idéia é expandir essa discussão. A Presidente Carolline coloca que na conversa com a Secretaria, ela perguntou se haveria a possibilidade de aprovar o referencial como está o digital, para que se faça a homologação, e foi colocado que não, não foi uma resposta direto dela, tinha mais pessoas junto e foi explicado que o componente da Educação Digital não tem como entrar como tema transversal, hoje está no Referencial como projeto, não contempla, todo o estudo foi feito para componente, e se fosse no transversal, teria que haver uma formação para todos os professores, e no caso do componente pode-se selecionar os professores que irão dar essa matéria e fazer uma formação mais efetiva, por isso todo o encaminhamento para que entre como componente e lá na frente já está sendo cobrado, mesmo que hoje tenha essa abertura para o transversal, teria que reescrever tudo o que foi feito, já tem uma Comissão da Educação Digital, os representantes do Conselho são Dheborá e eu. A Presidente Carolline afirma que foi em busca de respostas para ver se realmente precisava fazer essa mudança agora no Município e sim. A Conselheira Louíse acrescenta que na lei diz que não pode ser contemplado na transversalidade. A convidada Elaine coloca que a perspectiva maior vinha ampliando esse debate em duas vertentes: transversal e componente, foi criado a Comissão e feito todos os impactos das duas opções e foi entendido que realmente a forma mais efetiva seria como componente, dentre vários fatores, na área de formação terá que acompanhar bem de perto o


profissional, pois é uma área nova, assusta um pouco, então tem que dar todo o respaldo para esse profissional e a maneira de se aproximar mais é inserido como componente e chamar esse profissional para formação, além de que se hoje fosse desvinculada essa opção, teria que mexer em toda a escrita do quadro organizador de todos os componentes, uma vez que a BNCC foi aprovada e tem normas e habilidades específicas do digital, é preciso distribuí-las ao longo dos demais componentes, e outro problema maior também é que o INEP vai se organizar em relação a avaliações maiores que incluem o digital, e se hoje for implementado de modo transversal, que entendemos ser mais superficial, quando chegarem as avaliações, não seria tão efetivo. A Presidente Caroline coloca que quando começou a participar da Comissão e foi apresentado cada parte, foi o que deu segurança para dizer que hoje dentro do que o município consegue alcançar e ser mais efetivo é como componente, não foi a Secretaria que convenceu, foi o estudo feito em conjunto que hoje posso dizer que seria o melhor encaminhamento. A Conselheira Dheborá coloca que a princípio estavam estudando somente a questão da Educação Digital e agora foi apresentado uma proposta alterando a carga horária de todos os componentes então pergunta se houve alguma alteração no Referencial Curricular de retirada de conteúdo? Foi aumentado a carga horária de Educação Física, de Ensino Religioso e de Artes, Ciência, História e Geografia foi diminuído 40 minutos, matemática também foi alterado, então pergunta se dentro do Referencial houve alguma alteração para se fazer dentro da carga horária? A Presidente Caroline coloca que ainda não recebeu o Referencial com o Digital, mas acredita que não, e não tem como receber o Referencial com as alterações enquanto a Câmara ou Comissão decida como vai ser a modificação da grade, hoje não está aprovado que o Digital entrará, hoje contempla as séries e uma grade de conteúdo, mas acredita que não irá alterar em duas semanas uma grade curricular, entende que seria somente a adequação do inglês e a inclusão do digital. A Conselheira Dhéborá pergunta: “Então porque não foi colocado somente a Educação Digital no lugar do Inglês, só faria essa troca sem mexer em todo o resto?” A Presidente Caroline coloca que essa seria as considerações da Câmara ou da Comissão, precisa se aprofundar no documento e essas perguntas a Comissão terá que fazer e por isso é necessário que tenha convidados. A Conselheira Louise pergunta porque reitar o Inglês e não o Ensino religioso? A Conselheira Lorena coloca que Ensino Religioso é área de conhecimento, é facultativo ao aluno assistir, mas no currículo da BNCC, ele é obrigatório. A Presidente Caroline pergunta se pode abrir votação para decidir se a Câmara ou a Comissão? Os conselheiros concordam. A presidente coloca em votação a opção 1 – Câmara e opção 2- Comissão. O Conselheiro e Secretário Rodrigo, chama pelo nome os conselheiros titulares e os suplentes dos titulares ausentes para votação.. Na contagem dos votos foram 14 votos na opção 1 Câmara e 4 votos para a opção 2- Comissão. A Presidente Caroline pede para a Dheborá Presidente da Câmara do Ensino Fundamental já organizar as datas de reuniões. Dando seguimento a pauta a Presidente Carollije coloca sobre o Edital de eleição dos pedagogos e informa que o Edital ficou pronto e foi encaminhado por e-mail para os conselheiros e não foi recebido nenhum pedido de alteração, no edital ficou pendente somente a data da eleição então sugere a data de 03 de setembro, primeira semana de setembro, visto que no mês de agosto já há bastante demanda. A Presidente Caroline coloca em votação a data para eleição no dia

03 de setembro e pergunta se todos concordam ou se alguém se abstém. Todos concordam. O Conselheiro Rodrigo coloca que no item 9. “do mandato” no edital está em branco. A Presidente Carolline coloca que a conselheira Ana Lucia informou a data, até quando valerá a eleição, mas ela não se lembra. A Conselheira Dhébora coloca que esqueceu de digitar, a data é 24 de outubro. O Conselheiro Adriano coloca que seria interessante constar na parte do mandato que a pessoa poderá ser liberada e se ausentar do serviço para participar da reunião. A Presidente Carlline coloca que isso é garantido no regimento. O Conselheiro Adriano sugere que seja inserido também no edital,po que às vezes a pessoa pode não se candidatar por não ter esse conhecimento. A Presidente Carolline coloca que pode encaminhar o regimento em conjunto com o edital, aí a pessoa interessada já pode ler o regimento e ver se cabe para ela. A Conselheira Dhebora faz a leitura do item 9. “ O mandato do conselheiro suplente eleito perdurará até o término do mandato do colegiado, 30/09/26, respeitando a legislação que rege o CME. O cadastro reserva terá validade até o encerramento do mandato do colegiado 30/09/26. A Presidente Carolline coloca que será inserido essa parte do edital. Dando sequência a pauta da reunião a Presidente Carolline coloca sobre os processos: CEI Ateliê Kids, renovação da autorização de funcionamento da instituição para oferta da Educação Infantil e CEI Heaven Kids, mudança de endereço. Os Conselheiros percebem que o caso do CEI Heaven Kids, o documento está divergente no campo assunto solicita mudança de endereço e no corpo do pedido solicita , renovação da autorização de funcionamento da instituição para oferta da Educação Infantil. Os Conselheiros aprovam a renovação da autorização de funcionamento do CEI Ateliê Kids e o CEI Heaven Kids fica pendente para a próxima reunião. Dando sequência a Presidente Carolline coloca sobre o item 2 da pauta – Reposição da Escola Aníbal Ribeiro Leal – e informa que entrou em contato com a unidade e não será preciso a reposição, está agendado uma reforma mas acabou não acontecendo então não será necessário repor porque não houve a dispensa, e explica que quando foi feita a pauta, ainda não tinha conversado com a unidade. Seguindo para a pauta das correspondências recebidas a Presidente faz a leitura do ofício nº 38/2025 - da Escola Madre Paulina, que solicita a análise sobre a Organização Pedagógica diferenciada e Adequação no Processo Avaliativo de Estudantes Público-alvo da Educação Especial e solicitação de Abono Justificado de faltas para crianças/estudantes com deficiência intelectual, TEA e comorbidades, após a leitura, a Presidente Carolline sugere que vá para análise da Câmara de Ensino Fundamental. A Conselheira Clície coloca que gostaria de fazer a defesa da solicitação e explica que em reunião feita com a unidade, em fevereiro, foi colocado a dificuldade que eles tiveram esse ano com a chegada de novos estudantes, a escola está com a capacidade máxima e a dificuldade que elas tiveram com um calendário enxuto para ouvir as famílias e poder ter tempo para explicar como a escola funciona e coletar informações para desenvolver o PEI ao longo do 1º semestre, entraram muitos estudantes novos, com muitos comportamentos e condições de saúde significativa, além do que elas também fazem a avaliação do PEP- 3, que é um protocolo internacional da avaliação do desenvolvimento de 0 a 5 anos, que trouxe um subsídio bem significativo para a elaboração do PEI, e para a avaliação do PEP-3 eles tiveram que ir chamando a família ao longo dos dias, quando eles apresentaram essa

proposta, achou muito significativa e pediu para que a escola apresentasse a proposta para o conselho e não o departamento, porque foi uma construção deles, de toda a equipe, com o olhar deles e a necessidade deles, então pede que seja analisado com bastante carinho, é uma nova roupagem para uma escola de especializada. A Presidente Caroline coloca que terá que esperar esse mês e assim que encerrar os estudos do Referencial, já dá para iniciar sobre esse pedido. O Conselheiro Luiz pede para deixar registrado em ata que São José dos Pinhais é o município modelo para atendimento da Educação Especial, diz pelo seu filho, pois o mantém até agora na rede pela Educação Especial e o Lucas teve uma expressiva melhora em relação ao autismo por conta dos atendimentos que ele teve dentro do município, então esse documento para as famílias atípicas é muito rico, então parabeniza a equipe da Educação Especial. Seguindo a pauta a Presidente faz a leitura do próximo ofício recebido, o nº311/2025- SEMED, que encaminha uma sugestão de minuta para análise e posterior elaboração da deliberação com orientações para elaboração e reescrita do Regimento Escolar das Unidades que compõem o Sistema Municipal de Ensino, ao final da leitura a Presidente coloca que o documento irá para a Câmara de Normas e Planejamentos. Dando sequência a Presidente faz a leitura do ofício nº 319/2025 – SEMED, que encaminha a listagem de matrículas da Educação Infantil das Escolas da Rede Particular com as inconsistências encontradas e as adequações realizadas, a Presidente Caroline acrescenta que seria para conhecimento do Conselho, que a Divisão de Estrutura junto com a Secretaria, fez o que o Parecer do CME solicita e foi verificado se as crianças estão matriculadas corretamente nas unidades de Educação Infantil privada. Dando sequência a pauta a Presidente faz a leitura do último ofício, que foi enviado pelo Núcleo Regional de Educação do estado, ofício nº 1348/2025, que trata de uma denúncia sobre bullying envolvendo uma criança da rede privada do fundamental I, a Presidente Caroline coloca foi enviado todo o processo e a Escola cancelou o contrato com a família e criança foi matriculada na Rede Pública, a Presidente acrescenta que trouxe o caso para conhecimento e registro em ata e agora entende que a criança é responsabilidade do município, mas anteriormente não era, acrescenta que entrou em contato com a Escola em que a criança está matriculada, a menor começou no retorno do recesso e está frequentando a Escola normalmente, então a partir de agora o Conselho pode acompanhar e também responder ao núcleo que o município oferta tudo o que foi colocado: ações de prevenção ao bullying, formação da equipe, etc. A Conselheira Clície coloca que quem deveria fazer isso seria o próprio Núcleo Regional de Educação. A Presidente Caroline coloca que fizeram todo o acompanhamento, solicitaram ata, fizeram um ótimo acompanhamento e no final a solução foi a saída da criança da unidade e veio para o município, mas entende que sobre o que passou não tem o que o Conselho fazer, mas a partir de agora tem que acolher essa criança. O conselheiro coloca que entendeu que o Conselho não deva tomar uma atitude referente à escola nessa situação, mas sim fiscalizar os pontos que está solicitando. A Presidente Caroline esclarece que está pedindo uma fiscalização para uma instituição privada, mas como é fundamental I, não cabe ao Conselho, se fosse infantil, sim. O Conselheiro Luiz entende que seria competência do próprio Núcleo. Dando sequência a reunião a Presidente Caroline informa que está aberta as inscrições do XVI Seminário Estadual

dos Conselhos Municipais de Educação do Paraná e II Seminário Estadual do FUNDEB que acontecerá nos dias de 08 a 10 de setembro em Cascavel, as inscrições são gratuitas, então a Presidente sugere que quem tiver interesse em participar precisa enviar um e-mail para o Conselho, até segunda-feira 11/08 às 17h, depois irá informar no grupo do what's para os conselheiros que não estão presentes possam se manifestar também, não quer dizer que irão todos os interessados, mas será enviado para a Secretaria para verificar a disponibilidade e quantos serão possível, mas a vontade de participar precisa registrar no e-mail até segunda-feira para que seja enviado os nomes. A Presidente Caroline pergunta se alguém tem mais alguma coisa para colocar. Ninguém se manifesta. Nada mais havendo para tratar a presidente agradece a participação de todos e encerra a reunião. Eu, Valdinéia Santos de Lima, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente e pelo Secretário Geral do CME.

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Documento assinado digitalmente
 CAROLINE PEREIRA DE ARAUJO MAIA
Data: 15/09/2025 10:58:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Secretário(a) Geral do Conselho Municipal de Educação